

# Sem acordo, Senado pode parar em 82

3 DEZ 1981  
Da sucursal de  
BRASILIA

O Senado vai paralisar suas atividades legislativas no próximo ano, se não houver entendimento entre o PDS e os partidos de oposição para desobstruir a pauta de trabalhos. Caso o governo não queira o acordo e apele para o decurso de prazo, a situação deverá agravar-se em 1982.

Segundo previsão de muitos de seus integrantes, o clima de radicalização do Senado dificilmente permitirá que, no próximo ano, sejam aprovados 240 projetos de resolução, autorizando a contratação de empréstimos externos ou em moeda nacional por Estados e Municípios.

Mesmo que o governo consiga, em 1982, acabar com os descontentamentos de sua bancada — que são acentuados — e trazê-la integralmente ao plenário, como fez ontem com o biônico e septuagenário José Guimard (PDS-AC), que chegou em cadeira de roda, e com a licença para tratamento de saúde de outro biônico, o ex-ministro da Educação Tarso Dutra (RS), em cada sessão haverá no máximo a votação de cinco desses projetos, com a obstrução do senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES) na discussão e encaminhamento da matéria.

Segundo a tradição parlamentar brasileira, no Senado há apenas dois dias de esforço concentrado, 4ª e 5ª feiras, em que há *quorum* para a votação. Nos outros, os senadores estão preocupados com outros assuntos, ou viajam para fora de Brasília, trabalhando por sua reeleição.

Assim serão necessárias pelo menos 24 semanas — ou um semestre inteiro — para desobstrução da pauta com a utilização do "rolo compressor" do PDS, isto é, se este continuar a comprazer integralmente ao plenário e se as oposições tiverem condições de resistir às pressões a fim de permitir a autorização para contratação de empréstimos.

O governo terá, porém, de resolver até lá problemas dos governadores com seus senadores para não agravar suas dificuldades em Brasília. É o caso de Vicente Vuolo (MT), que pretende candidatar-se à reeleição mas receia que o embaixador brasileiro em Londres, Roberto Campos, tome o seu lugar, com o patrocínio do governador Frederico Campos e do Palácio do Planalto. Este também é o caso dos senadores Dinarte Mariz e Martins Filho (RN), que se opõem à candidatura do prefeito de Natal, José Agripino Maia, patrocinada por seu pai, presidente do PDS, Tarcísio Maia, e por seu primo, o governador Lavoisier Maia e do senador Lomanto Júnior (PDS-BA), que se sente hostilizado pelo governador de seu Estado, Antônio Carlos Magalhães, que vetou a candidatura à sua sucessão.

## MANDADO

Além de ter de resolver esses problemas, o PDS enfrentará uma nova dificuldade: o dispositivo apresentado no "pacote" que altera o Código de Processo Civil, permitindo mandado de segurança contra dirigentes ou órgãos do partido, atingirá não só as oposições, mas também o partido do governo.

Aprovado o "pacote" em sua forma atual, o seu artigo 12 permitirá ao governo impedir eventuais rebeldias em convenções regionais ou municipais que se neguem a indicar candidatos que se credenciem para a disputa interna no partido e nas eleições normais.

Entre os argumentos conseguidos pelo governo para introdução deste item do "pacote", estão casos de convenções que deixaram de indicar candidatos a prefeito em sublegenda, mesmo que o interessado tivesse tido 20% dos votos da convenção, e de deputados que, mesmo sendo candidatos natos, não foram incluídos na lista do partido, por decisão arbitrária da Comissão Executiva.

Não escapou ao governo a possibilidade de que até mesmo convenções para indicação de candidatos a governadores possam ser fraudadas ou que governadores em exercício, exercendo pressões, consigam alterar resultados, impugnando candidatos preferidos pelo governo federal.